

A conduta dos heróis na épica de Homero

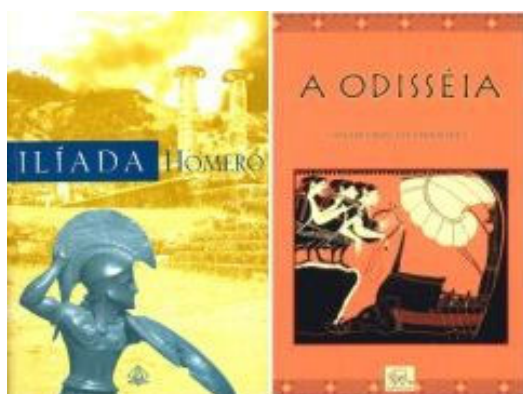
Renato Nunes Bittencourt*

Resumo: Este texto pretende analisar as duas epopéias atribuídas a Homero, “Ilíada” e “Odisséia”, interpretando as ações de seus heróis através do uso de conceitos gregos demasiado importantes para a formação do pensamento filosófico, que de algum modo pertençam ao âmbito narrativo das referidas epopéias. Nessas circunstâncias, desenvolve-se a proposta de, utilizando-se de conceitos gregos tais como *hybris* ou *métis*, refletir acerca da natureza de personagens impulsionados em suas ações por esses referidos conceitos, e a sua relevância ao longo de determinados momentos destas narrativas.

Palavras-chave: Apolinismo; Poesia Épica; Justa Medida; Astúcia; *hybris*.

Abstract: This paper intends to analyze the two epics attributed a Homer, “Iliad” and “Odyssey”, interpreting the actions of its heroes through the use of too much important Greek concepts for the formation of the philosophical thought, that in some way belongs to the narrative scope of the related epics. In these circumstances, it is developed proposal of, using of Greek concepts such as *hybris* or *métis*, to reflect concerning the nature of personages stimulated in its action for these related concepts, and its relevance throughout determined moments of these narratives.

Key words: Apolinism; Epic Poesy; Measured Just; Astuteness; *hybris*.



As epopéias de Homero (*Ilíada* e *Odisséia*) evidenciam ao longo das suas respectivas narrativas características e peculiaridades do modo de viver dos habitantes da Grécia Antiga no momento histórico em que se iniciava o processo de desenvolvimento das suas cidades-estado. Homero estabelece através da sua poesia a visão olímpica da existência, expressão imediata do impulso apolíneo que, enquanto princípio ético, se caracteriza como uma

conduta que respeitava as fronteiras da individualidade, viabilizada pelo autoconhecimento e pela manutenção da serenidade, pois os antigos gregos preconizavam a “justa medida”, disposição valorativa que requeria a presença da proporção e da moderação em todas as circunstâncias da vida humana. Conforme a perspectiva nietzschiana, a épica homérica seria a encarnação estética dos preceitos éticos do apolinismo, pois a afirmação da glória, da saúde vital, da beleza e da coragem peculiares aos versos homéricos representa a capacidade criativa do ideário do belo apolíneo enquanto expressão da harmonia divina presente no âmago humano, vencendo assim o temor existencial diante de uma realidade natural incapaz de ser controlada pela frágil condição humana:

Mas o que se encontra *por trás* do mundo homérico, como local de

nascimento de tudo o que é helênico? Neste *mundo*, somos elevados pela extraordinária precisão artística, pela tranquilidade e pureza das linhas, muito acima da pura confusão material: suas cores aparecem mais claras, suaves, acolhedoras, por meio de uma ilusão artística, seus homens, nesta iluminação colorida e acolhedora, melhores e mais simpáticos; mas para onde olháramos, se nos encaminhássemos para trás, para o mundo pré-homérico, sem a condução e a proteção da mão de Homero? Olháramos apenas para a noite e o terrível, para o produto de uma fantasia acostumada ao horrível. Que existência terrestre reflete estes medonhos e perversos mitos teogônicos? – Uma vida dominada pelos *filhos da noite*, a guerra, a obsessão, o engano, a velhice e a morte (NIETZSCHE, 1996: 75)

A visão de mundo homérica tal como expressada em sua narrativa poética já enuncia de forma intuitiva o estabelecimento social da disciplina ética apolínea, pois a relação intrínseca entre beleza plástica e harmonia do ânimo se encontrava na sabedoria de vida que Homero lega ao antigo mundo grego. Para Nietzsche,

O culto às imagens da cultura apolínea, tenha essa se exprimido no templo, na estátua ou na epopéia homérica, tinha o seu fim sublime na exigência ética da medida, que corre paralela à exigência da beleza. A medida, colocada como exigência, só é possível onde a medida, o limite é cognoscível (NIETZSCHE, 2005: 22).

Em prol da instauração da harmonia na ordem social, os códigos de justiça da Hélade preconizavam que todo grego deveria seguir rigorosamente as prédicas apolíneas “Nada em excesso” e “Conhece-te a ti mesmo” inscritas no

pórtico do Templo de Delfos, garantindo assim a consolidação da justiça na relação entre os homens, pois o ato de se respeitar os limites individuais implica necessariamente também o respeito pela propriedade e pelos direitos sociais do próximo. Conforme a interpretação de Nietzsche, as leis do autoconhecimento e do comedimento da conduta são as leis mais sagradas do mundo olímpico (NIETZSCHE, 1993: 68). Há que se destacar que o conhecimento de si no apolinismo não é uma interpretação psicológica, tampouco a constituição de um mundo interior ou uma consciência reflexiva e busca pela lucidez racional tal como proporia a perspectiva socrático-platônica (PLATÃO, *Fedro*, 229e, *Filebo*, 48c, *Primeiro Alcibiades*, 124b), mas “um espelhamento na figura, na imagem do deus, um jogo de espelhos, pelo qual o homem se vê como belo reflexo do deus da beleza e da medida, que ele mesmo criou” (MACHADO, 2006: 209).¹ “Procurei e investiguei a mim mesmo”, disse Heráclito (Fragmento 101 DK), abrindo mão do saber lógico, dedutivo e demonstrativo transmitido pela suposta sabedoria dos intelectuais de sua época, preferindo assim seguir o critério existencial da doutrina apolínea de esforço solitário pelo conhecimento individual das próprias qualidades intrínsecas. Como salienta Nietzsche,

Esse endeusamento da individuação, quando pensado sobretudo como imperativo e prescritivo, só conhece uma lei, o indivíduo, isto é, a observação das fronteiras do indivíduo, a medida no sentido helênico. Apolo, como divindade ética, exige dos seus a medida, e, para poder observá-la, o autoconhecimento. E assim corre,

¹ É importante ressaltar que Walter Burkert (1993: 294) elabora reflexão semelhante.

ao lado da necessidade estética da beleza, a exigência do “Conhece-te a ti mesmo” e “Nada em demasia”, ao passo que a auto-exaltação e o desmedido eram considerados como os demônios propriamente hostis da esfera não-apolínea, portanto como propriedades da época pré-apolínea, da era dos Titãs e do mundo extra-apolíneo, ou seja, do mundo dos bárbaros (NIETZSCHE, 1993: 40-41)

Afinal, as regras apolíneas proporcionam a estabilidade e a segurança de um mundo sustentado pelo apego aos aspectos ordenados da natureza, perante a qual passamos a viver em estado de respeitabilidade e harmonia. Para Dodds,

Sem Delfos a sociedade grega mal teria conseguido suportar as tensões às quais estava sujeita na era arcaica. A esmagadora atmosfera de ignorância e de inseguranças humanas, o horror do *phthonos* divino e do *miasma* – o peso acumulado de tudo isso teria sido insuportável sem a segurança que um conselheiro divino onisciente poderia oferecer, segurança de que por detrás do caos aparente havia conhecimento e finalidade (DODDS, 2002:81).²

Para enriquecimento da idéia acima enunciada, vejamos como Hesíodo encerra *Trabalhos e Dias* através de uma prédica muito bela: “Afortunado e feliz é aquele que, todas essas coisas / conhecendo, trabalha sem culpa perante os imortais, / consultando as aves e evitando transgredir as normas” (vs. 826-828).

² Para uma compreensão pormenorizada da formação histórica do Templo de Delfos, é de grande importância a leitura da obra de Luiz Alberto Machado Cabral, *O Hino Homérico a Apolo* (2004), na qual o autor, entre as páginas 59-76, dedica uma série de considerações historiográficas e filológicas sobre esse renomado santuário apolíneo.

Em vista das colocações precedentes, é imprescindível que façamos o seguinte questionamento: Como Homero, sendo considerado o gênio apolíneo por excelência, poderia coadunar com a destruição e a violência, tal como constantemente exposto nas suas gloriosas narrativas épicas? Na verdade, uma leitura atenta das suas obras demonstra que Homero não enaltecia o aniquilamento irrefreável entre os homens, chegando ao ponto de fazer Zeus repreender severamente Ares por seus terríficos impulsos belicosos. Com efeito, Ares é o deus que Zeus menos estima (*Iliada*, Canto V, vs. 889-898). Mais ainda, na própria narrativa homérica se enuncia a idéia de que a guerra é um mal (*Iliada*, Canto XIX, vs. 221-224). Esse tipo de guerra mortal, que em geral não era movido por qualquer propósito cultural e pela exaltação do gênio humano, encontra ressonância imediata na ação sempre destrutiva da anteriormente citada “Má Éris”, que jamais proporciona algo benfazejo para os homens (HESÍODO, *Trabalhos e Dias*, v. 16).

Nietzsche, propondo uma solução para esse enigma grego, enuncia a seguinte indagação: “Por que todo o mundo grego se regozijava com as imagens de combate da *Iliada*?” (1996: 75). Uma possibilidade de solucionarmos tal problema talvez resida no significado concedido pela cultura apolínea ao acontecimento da morte dos célebres heróis homéricos: através da aspiração de se obter o reconhecimento público pela realização de feitos distintos, cada homem adquiria coragem para encarar os desafios impostos pelo destino, de modo que o choque entre os guerreiros se tornava uma situação inevitável. A morte dos grandes heróis homéricos era então um acontecimento digno de veneração imorredoura, que se tornava o estímulo maior para que cada

indivíduo desenvolvesse sempre um posicionamento ativo diante da vida, triunfando sobre a paralisia imposta pelo medo e sobre as suas próprias limitações pessoais. Tombar gloriosamente numa batalha era a maior dádiva que poderia ser conquistada por um grego de índole apolínea, pois essa morte era o distintivo de nobreza dos heróis, que se elevavam acima da grande massa dos homens comuns.

Homero, que na perspectiva nietzschiana representa uma grande encarnação estética do espírito apolíneo, concede qualidades peculiares a cada um dos seus grandes heróis épicos, e concede-lhes momentos de grande destaque narrativo através da “aristia”, recurso que possibilita a divulgação gloriosa dos feitos extraordinários dos homens valorosos, imortalizando-os na memória coletiva. Podemos considerar que Aquiles e Odisseu são os heróis centrais das narrativas homéricas, aos quais faremos também uma espécie de “aristia”, de modo que serão privilegiados de modo diligente nesta exposição.



Aquiles e Odisseu

A cólera de Aquiles: manifestação da desmedida

A *Iliada* possui diversos enfoques narrativos, tais como a pormenorizada descrição do escudo de Aquiles, a peste que Apolo impõe aos guerreiros aqueus, as constantes interferências dos deuses no destino dos homens, assim como o já dito momento de destaque concedido por Homero em prol da exaltação dos feitos e virtudes dos grandes heróis. Contudo, podemos dizer que o personagem central desta obra é Aquiles, que se caracteriza, sobretudo, por seu comportamento extremamente impetuoso, atributo que, ao lhe conceder elevada coragem, permite

conquistar inúmeras vitórias sobre os adversários troianos sem temer as terríveis conseqüências de seus atos. A excelência de Aquiles se manifesta não através da ponderação, do raciocínio meticuloso, mas pelo acúmulo de forças aglomeradas nas suas disposições de ânimo, que anseiam pelo extravasamento através da competição, pois o grande prêmio para um herói grego, a glória, somente se conquistava por meio da disputa entre dois destemidos guerreiros, na relação agonística. Comentando essa perspectiva grega, Nietzsche dirá: “Cada grande heleno passa adiante a tocha da disputa; em cada grande virtude, incendeia-se uma nova grandeza” (NIETZSCHE, 1996: 80). A oportunidade de se estabelecer uma grande luta desponta quando Pátroclo, jovem muito caro a Aquiles, fazendo-se passar por este, se apropria de sua armadura, incitando os guerreiros gregos para o combate. No entanto, Pátroclo, ainda um tanto inexperiente na arte das disputas, acaba sendo morto pelo homem ao qual poderíamos, certamente, considerar como sendo o grande rival de Aquiles, aquele que

mais se aproximava, do lado das forças troianas, da grandiosidade e brio das ações do imortal Pelida. Trata-se de Heitor, o chefe militar dos troianos (HOMERO, *Iliada*, Canto XVI, vs. 720-867). Terrível fato concretizado, Aquiles se propõe a superar as suas desavenças com o rei Agamenon e vingar a morte do seu amado amigo, insurgindo-se contra o valoroso troiano. Entretanto, neste momento surge a grande revelação do destino de Aquiles, caso ele venha a pretender conduzir ao término seus intentos de revanche contra Heitor. Primeiramente, através de Tétis, sua mãe, ao lhe afirmar que, se porventura ele aniquilar seu rival Heitor, não muito tarde ele também tombará: “Curta existência terás, caro filho, a assim resolveste/pois logo após o trespasso de Heitor, quer o Fado que morras” (HOMERO, *Iliada*, Canto XVIII, vs.95-96). Reiterando essa sina, noutro momento da narrativa, o cavalo Xanto também vaticina fado semelhante ao valoroso herói: “Hoje, impetuoso Pelida, serás por nós salvo, sem dúvida;/mas já tens próximo o dia em que deves morrer, não nos culpes/ que nisso a culpa será de um deus forte e da Moira impiedosa” (HOMERO, *Iliada*, Canto XIX, vs. 408-410).

No cerne dessas considerações existe um misterioso reflexo do sentimento de disputa, por meio do respeito à prática da agonística, atividade tão cara aos gregos. A regra principal deste código peculiar, concernente aos parâmetros axiológicos da classe dos nobres guerreiros, consiste na tese de que um herói valoroso, um guerreiro, deve lutar contra um adversário à altura, do mesmo nível de excelência e presteza. Se porventura um dos competidores, durante o duelo, é aniquilado, o vencedor, tendo em vista a manutenção do alto nível da disputa, deve encontrar um novo antagonista, de força e

coragem seja semelhante. Quando esta hipótese não pode ser concretizada, o herói vencedor deve imediatamente ser afastado das batalhas ou dos certames, para que a qualidade da disputa permaneça. Caso contrário ocorreria o declínio do nível técnico das competições, as quais, nesta concepção, podem ser consideradas não apenas as guerras, mas qualquer atividade que necessite de interação de forças, tais como os jogos esportivos ou as atividades políticas. No entanto, Aquiles, por ser o mais vigoroso e impetuoso dos guerreiros gregos, certamente não conseguiria encontrar um rival tão valoroso como Heitor; pelo fato de possuir uma disposição de ânimo incrivelmente turbulenta, ávida pela manutenção da taxa de competitividade, não poderia suportar o compulsório afastamento dos campos de disputa, de modo que, por meio da sabedoria homérica de mundo, é morto pelas flechas especiais de Páris, preparadas por Apolo em prol da defesa dos troianos.

Podemos desenvolver a hipótese de que as exortações que Aquiles recebe de Tétis e Xanto, para que abdique de concretizar seus intentos de vingança, seria a manifestação concreta da própria justiça da disputa, ao clamar o respeito às suas regras de equilíbrio. Contudo, podemos considerar que Aquiles é o herói da *Iliada* que mais anseia pela glória e, na concepção homérica de mundo, uma vida pacata, sem peripécias, brilho e esforço, não pode ser considerada digna de ser vivida. Consequentemente, a exclusão do herói do meio de ação que lhe possibilita alcançar o fim almejado seria uma fastidiosa decepção, um declínio de suas vigorosas disposições de ânimo. Para que este impasse seja resolvido e, em nome de seus méritos heróicos demonstrados ao longo da Guerra de

Tróia, Aquiles é laureado pelos deuses com a morte, o fatídico evento que, no entanto, lhe concederia a perenidade do nome, a glória maior que um nobre guerreiro grego pode sonhar.

A morte, para o homem valoroso, não deve ser considerada como um fato de todo maléfico, mas a possibilidade de se atingir um patamar ao menos de reconhecimento e glória que seja tão excelso quanto o dos deuses olímpicos. O aniquilamento individual entre os gregos era fato menos temido do que o esquecimento da na memória popular. A morte gloriosa do herói que participa da luta é um espetáculo belo, sendo, portanto, digno do enaltecimento dos poetas e historiadores, que proporcionam a imortalidade de seus feitos. A glória tornava o herói simbolicamente similar aos deuses (ROMILLY, 2001: 87-97). Celebrados pelos aedos, os nomes dos heróis, contrariamente aos de outros mortos, que se fundem sob a terra na massa indistinta e esquecida dos *nónymnoi*, dos “sem-nome”, permanecem vivos para sempre, radiantes de glória, na memória de todos os gregos (VERNANT, 2006: 47).

Acrescentado a esse nobre fator que envolve o renome do herói, reside a questão da desmedida, considerada pelos antigos gregos como um vício de caráter, em decorrência dos malefícios que tal estado manifesta quando presente nas ações e disposições de ânimo de um homem. Nesse contexto, o ultraje que Aquiles impõe ao corpo morto de Heitor pode ser imputado como uma espécie de *hybris*, pois que, de acordo com as regras estabelecidas pelas convenções bélicas entre os gregos antigos, os corpos dos guerreiros mortos deveriam ser respeitados pelos vencedores e devolvidos o quanto antes para os seus entes queridos, os quais

piedosamente providenciariam a realização das cerimônias adequadas em prol da sua alma, que obteria assim a possibilidade de migrar serenamente para o mundo inferior. (HOMERO. *Iliada*, Canto XXII, vs.395-406). Tal comportamento de Aquiles contra Heitor decorre do citado desejo de vingança que o Pelida nutria pelo nobre troiano, quando este retirou a vida de Pátroclo.

A ira de Aquiles atingiu um estágio tão poderoso e incontável que ele se modo algum se preocupou com as consequências de suas ações, em nome da concretização da sua vontade de reparar o ato de Heitor para com seu jovem amigo. Aquiles é, portanto, o herói apolíneo que, por meio de suas ações impetuosas, transcende os limites da própria “justa medida” da ética apolínea. Mais ainda, o respeito à viva manutenção sentimento de disputa seria também um modo especial de manter o homem situado nos limites da “justa medida”. Qualquer tentativa por parte de um homem de encerrar a luta seria uma espécie de transgressão às leis naturais, ou seja, uma espécie de *hybris*. Eis, portanto, a inexorabilidade da regra da agonística: uma vez cessada qualquer possibilidade de disputa, motivada pelo fato de um grande rival ter sido extinto, o vencedor deve encontrar um novo antagonista, dotado de elevado nível técnico. Se porventura não existir essa possibilidade, o grande guerreiro deve ser afastado das disputas imediatamente, o que ocorre com Aquiles, através de seu aniquilamento. Afinal, para um herói de seu nível, o afastamento das disputas seria uma situação mais terrível do que a própria morte. Uma vez que no mundo homérico uma vida sem luta, sem a superação constante das adversidades, não pode ser considerada digna de ser vivida, e, como Aquiles jamais

renegaria as suas forças, se afastando das disputas, a trama do destino premia o herói com a morte, a qual, no entanto, garante-lhe o seu renome imortal.



Odisseu - Polifemo

Odisseu e a afirmação da astúcia

Odisseu, por sua vez, ainda que equiparado em beleza e virilidade em relação ao valoroso Aquiles, difere deste no tocante ao comportamento e disposições de ânimo. Podemos justificar tal hipótese, sobretudo pelo fato de que as principais ações de Odisseu são perpetradas não através da elevação do ímpeto cego e incontrolável proveniente da cólera sobre as suas faculdades racionais, mas por meio da ponderada direção prática de sua *métis*. Esta qualidade intelectual celebra o nome do herói pela sua extraordinária capacidade de proporcionar, por ações plenas de ardil, a superação sobre temíveis guerreiros e entidades divinas, considerados fisicamente muito mais poderosos. Odisseu demonstra que a sábia artimanha, bem utilizada, pode perfeitamente superar forças extraordinárias. Se recorrermos a um exemplo extra-helênico, muito elucidativo para a presente questão, podemos citar o episódio bíblico referente ao franzino David, que se propõe corajosamente a derrotar o gigante Golias utilizando-se de uma

funda, para primeiramente derrubá-lo e, em seguida, aniquilá-lo com a espada (1 Samuel, 17, 48-51).

Talvez seja possível demonstrarmos essa peculiaridade da astúcia através da descrição de episódios extraordinários na épica de Homero, deveras elucidativos no tocante a esta questão: um reside na extensa Guerra de Tróia, na qual, através de um lampejo extraordinário, Odisseu instiga em seus companheiros gregos a fabulosa idéia de se construir um enorme cavalo de madeira, dotado de uma cavidade interna que permitisse a alocação de um grupo de guerreiros, de modo que fosse deixado abandonado em frente aos portais da imponente cidade de Tróia, para que, ao observarem o colosso, os troianos se interessassem por este artefato e, movidos pela curiosidade, introduzissem o animal de madeira para o interior da cidade. Feito isto, possibilitou-se a ansiada tomada e derrocada de Tróia, após anos de resistência às investidas dos guerreiros conduzidos por Agamenon.

Outro exemplo extraordinário da habilidade do herói se encontra na *Odisséia*, o angustiante relato do retorno do astuto herói à sua terra natal, na qual ele sofre as mais diversas atribulações. Mais precisamente em uma dessas adversidades, vemos Odisseu e seus companheiros na iminência de serem devorados pelo ciclope Polifemo. Após perder vários amigos através da fúria sanguínea deste monstro, Odisseu tem a idéia temerária de dialogar amistosamente com o ciclope, para que possa conquistar a confiança deste. Apresenta-se com o nome de “Ninguém”, e oferece-lhe vinho, para que esse terrível personagem se embriague. Concretizado tal objetivo, Odisseu, através de um mastro de madeira em brasa, vaza o olho do

ciclope. Ao urrar de dor, ouvindo obviamente tal interjeição dolorosa, os companheiros de Polifemo indagam-lhe o motivo, recebendo como resposta que “Ninguém” o feriu. Desse modo, os ciclopes se tranquilizam. Após tal fato, Odisseu se apropria da pele das ovelhas de Polifemo, para que este, cego, não tenha a capacidade de distinguir os homens dos animais. Por meio deste célebre artifício e do falseamento do seu próprio nome, Odisseu consegue escapar do aprisionamento imposto por Polifemo e evitar ainda a fúria dos demais ciclopes, na possibilidade destes vingarem o ferimento imposto pelo herói, caso soubessem o seu nome verdadeiro. Esta foi mais uma demonstração magistral da habilidade de Odisseu em se desvencilhar das adversidades impostas pelo destino em sua atribulada vida. Através da engenhosidade, o herói demonstra que, utilizando-se da inteligência prática, o homem perspicaz se torna capaz de vencer as forças da natureza mais poderosas do que as de seu próprio corpo (HOMERO. *Odisséia*, Canto IX, vs. 166-566).

Após estas elucidações retiradas da narrativa homérica, podemos desenvolver a hipótese de que Odisseu seria o herói apolíneo por excelência, pois valoriza, em grande parte das suas ações, o respeito aos princípios preconizados pela ética da vida enunciada pela sabedoria do oráculo de Delfos. Desse modo, por conhecer os estritos limites de seu próprio corpo, Odisseu seria capaz de equilibrar adequadamente a potência de suas ações, de forma que, quando possível, de acordo com as condições favoráveis, manifestaria atitudes extremamente belicosas, e em outras, para preservar a sua vida, adotaria uma postura mais meticulosa, sensata, quiçá ardilosa. Em nome de sua aprovação perante o

concílio dos deuses olímpicos, não raro o herói dirige-se humildemente a estes, invocando a proteção divina como segurança ao longo de sua jornada de retorno rumo ao seu amado lar. Esta atitude refreia a natural arrogância do homem, evitando, por conseguinte, que se pratique a desmedida, motivada pelo desejo de se alcançar a plenitude dos deuses. Afinal, a proximidade do homem, finito, com a esfera divina, infinita, geralmente ocasionava o aniquilamento daquele. Desse modo, Odisseu garantiria a cada momento a constante conservação de sua vida, conquistada através da superação de cada uma das suas seguidas adversidades e pela sua adequação aos parâmetros divinos.

Odisseu, portanto, é o personagem homérico que em suas ações se caracteriza principalmente pelo fato de equilibrar as suas volições e aspirações gloriosas com a sua própria capacidade de conseguir concretizá-las. Afinal, a grande frustração de um herói conquistador reside na discrepância que existe entre os seus projetos e o poder de efetivá-los, situação que não ocorre no retorno de Odisseu a sua pátria, pois, nos momentos mais desesperadores, que poderiam fazer soçobrar os planos do herói, ocorriam reviravoltas que garantiam a continuidade de sua aventura, graças ao pleno conhecimento de suas limitações pessoais. Apesar de vigoroso, conforme a descrição de Homero, Odisseu demonstra uma sabedoria bélica que o impede de agir para além das suas capacidades físicas, situação esta que poderia motivar a sua destruição e o conseqüente fim abrupto dos seus projetos. Nessas condições, seria justamente a sua aguçada meticulosidade que garantiria o dispêndio exato de energias corporais na realização de cada um de seus grandes feitos, evitando-se, por

consequente, um extravasar de forças acima das possibilidades de suas disposições de ânimo. Odisseu encarna, portanto, o choque entre a sabedoria apolínea, através da ponderação, do conhecimento preciso sobre suas próprias forças, e a desmedida, que instiga o homem a superar estas instâncias de serenidade e controle.

No entanto, há que se ressaltar que, nos versos finais da “Odisséia”, Atena, a deusa protetora e condutora dos passos do herói, permite que este concretize seus atos de justiça até o momento em que ele possa reconquistar os seus preciosos bens e expulsar os comensais de seu palácio. Mas, quando existe a iminência de ocorrer uma carnificina sem limites, no momento em que Odisseu pretende perseguir para além de seus próprios territórios os seus abjetos adversários, a serena “deusa de olhos glaucos” ordena a todos que cessem as armas, uma vez que, tal derramamento de sangue, não agradaria de modo algum aos deuses, sendo imprescindível se finalizar a guerra funesta (HOMERO, *Odisséia*, Canto XXIV, vs. 542-544). Nessas circunstâncias, a justiça nos feitos e disposições de Odisseu, portanto, existiria somente na ocasião que o herói aniquilasse os soberbos aproveitadores que consumiram imensurável parte de suas posses, purificando sua casa da presença sórdida dessa classe abjeta de homens. Afinal, concretizado seu intento de retornar ao convívio de seus entes queridos, o longo périplo de Odisseu estaria encerrado, e a felicidade poderia finalmente renascer seu saudoso leito. No entanto, Odisseu, demonstrando um raro momento de descontrole, se propõe a aniquilar todos aqueles que ofenderam sua honra por muitos anos, perseguindo os infames para além da circunscrição de suas terras, atitude, portanto, absolutamente

contrária aos ideais propostos pela moderada sabedoria apolínea. Em nome da instituição da paz e da harmonia entre os homens, Atena ordena o fim das disputas, imperativo atendido por seu protegido. Este episódio demonstra o rígido respeito ao sábio princípio da justa medida, o qual impede que um homem mortal venha a realizar uma manifestação de forças aspirando alcançar a grandeza dos deuses olímpicos, ou ainda promovendo um extermínio que não mais seria considerado como correto e justo. Portanto, caberia aos efêmeros homens estabelecer a tão ansiada paz, estado raro de se alcançar neste mundo marcado pelo conflito incessante entre os homens, sequiosos de dominarem a tudo, em detrimento das regras inexoráveis da justiça olímpica.

Referências

- BURKERT, Walter. *Religião grega na época clássica e arcaica*. Trad. de M. J. Simões Loureiro. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
- CABRAL, Luiz Alberto Machado. *O Hino Homérico a Apolo*. Cotia: Ateliê Editorial; Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- DODDS, E. R. *Os Gregos e o Irracional*. Trad. de Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Escuta, 2002.
- HERÁCLITO. “Fragmentos”. In: Vol. *Pré-Socráticos*, Col. “Os Pensadores”. Trad. de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- HESÍODO. *Teogonia – Trabalhos e Dias*. Trad. de Ana Elias Pinheiro e José Ribeiro Ferreira. Lisboa: INCM, 2005.
- HOMERO. *Iliada*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- _____. *Odisséia*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- MACHADO, Roberto. *O nascimento do Trágico – de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. “A Disputa de Homero”. In: *Cinco Prefácios para cinco livros não escritos*. Trad. de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

_____. *O nascimento da Tragédia ou helenismo e pessimismo*. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *A visão dionisiaca de mundo e outros textos* (“O Drama Musical Grego” e “Sócrates e a Tragédia”). Trad. de Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Maria Cristina dos Santos de Souza. Martins Fontes: São Paulo: 2005.

PLATÃO. *Fedro – Cartas – O Primeiro Alcibiades*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: Ed. UFPA, 1973.

_____. *Parmênides – Filebo*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: Ed. UFPA, 1974.

ROMILLY, Jacqueline de. *Homero. Introdução aos poemas homéricos*. Trad. de Leonor Santa Bárbara. Lisboa: Ed. 70, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. Trad. de Joana Angélica d’Ávila. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutorando em Filosofia do PPGF-UFRJ/Bolsista do CNPq.